

Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior

Rebeca Contrera Ávila

Pós-Graduanda em Educação na
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

profrebecacontrera@gmail.com

Écio Antônio Portes

Professor do Programa de Pós-Graduação da
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

eaportes@gmail.com

Resumo

No texto apresentam-se as teorias referentes a estudos e pesquisas sobre a presença da mulher no ensino superior no Brasil contemporâneo, assim como as discussões propostas por análises estatísticas de estudos recentes sobre o tema. Por meio deste estudo produzem-se questionamentos, levantam-se hipóteses fundamentadas na reflexão de autores que tratam de questões relativas à mulher e à educação no mundo de hoje e problematizam-se conceitos tais como o de “guetização”. Há ainda propostas para reflexões baseadas nas considerações acerca do desejo das mulheres diante da construção de um capital escolar que propicia a elas jogar o jogo da escolha de destinos profissionais via campo da educação.

Palavras-Chave: mulher; universidade; escolha; carreiras profissionais; Sociologia da Educação.

O esforço a seguir traz, inicialmente, o aporte teórico pertinente ao campo que trata da mulher no ensino superior no Brasil contemporâneo e as discussões propostas por análises estatísticas de estudos recentes. Em seguida, apresenta alguns questionamentos e hipóteses fundamentados na reflexão teórica a partir de trabalhos de um conjunto de autores que tratam de questões relativas à mulher e à educação no mundo de hoje.

Acesso, permanência e rendimento escolar já não são mais categorias de discriminação de gênero no campo da educação superior no Brasil. Entre as modificações sociais de gênero que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas, a inserção da mulher na universidade tem se mostrado uma das mais significativas (ROMANELLI, 2000). Ao contrário do que ocorreu no passado da história das mulheres no Brasil, quando o acesso ao ensino superior lhes foi, durante tanto tempo, negado, atualmente, as mulheres são maioria nesse segmento de ensino no país.

Segundo Queiroz (2000), mesmo com a grande inserção das mulheres no ensino superior brasileiro, a “ideologia da vocação”, que por meio de instituições e práticas sociais, faz-se introjetada e interiorizada nos sujeitos femininos e masculinos, ainda se configurava uma realidade na última década do século XX, levando à “guetização” das carreiras. Após longo processo de aprendizagem, os sujeitos aprendem a ideia de quais deveriam ser suas posições na sociedade e colocam-se nessas posições como se essas correspondessem à ordem natural das coisas. Essa ordenação (percebida quase como natural) não passa de uma construção social (LOURO, 1997).

Pesquisadoras que se ocupam das questões pertinentes à mulher no ensino superior brasileiro¹ (BLAY, 2004; LOURO, 2007; ROSEMBERG e AMADO 1992; ROSEMBERG, 2001) também apontam para o fato de que, ao longo das últimas décadas do século XX, as mulheres se destacaram

¹ A preocupação em se fazer pesquisas referentes à mulher negra e à educação são muito recentes no Brasil. A partir da mobilização de militantes negras/os, essas pesquisas passaram a ser desenvolvidas principalmente na segunda metade da década de 1980.

mais que os homens nos diversos níveis de ensino, inclusive no ensino superior. Contudo, para essas autoras, a discriminação no campo educacional mudou de roupagem na medida em que não ocorre mais por meio do impedimento de acesso, mas transfere-se para o interior do próprio sistema de ensino no qual a discriminação passa a acontecer no processo de escolha das carreiras, provocando a “guetização” por sexo, o que leva à formação de guetos profissionais. Essa “guetização” refere-se às possíveis escolhas, feitas pelas mulheres, por carreiras consideradas “tipicamente femininas”. Homens e mulheres estariam construindo verdadeiros redutos sexuais ao escolherem carreiras demarcadamente diferentes.

Bourdieu (2007) aborda a questão da “vocação” sob o prisma da violência simbólica (que opera na ordem não das intenções conscientes, mas na ordem do inconsciente). O autor observa que a ideia da “livre” oportunidade de escolha das mulheres (escolha da carreira, do curso universitário, de participação da vida política) esconde o encantamento que os efeitos duradouros da dominação masculina ainda exercem sobre os corpos e as mentes femininas e até mesmo masculinas. A exclusão imposta pelas coerções e proibições do passado (explícitas e claramente visíveis), que impediam as mulheres a muitos espaços públicos e de poder, foram imperceptivelmente substituídas pela autoexclusão e pela “vocação” do presente, formas de exclusão que se fundamentam no poder da força simbólica.

A eficácia desse poder simbólico encontra-se no contínuo e duradouro trabalho realizado pela sociedade, pela igreja, pela família, pelos pais e pelos professores quando orientam (desde muito cedo) meninos e meninas a desenvolverem atividades sexualmente diferenciadas. Essas orientações encontram-se embrenhadas nos aparentemente insignificantes atos cotidianos (principalmente no espaço escolar e doméstico) que contribuem para fabricar inclinações e aptidões. A autoescolha (ou antes, autoexclusão) que transforma certas carreiras profissionais em redutos

predominantemente femininos ou masculinos inscreve-se em uma estrutura de construção social de poder e, longe de ser um ato consciente e deliberado é, na verdade, um ato fabricado, direcionado, resultante de uma estrutura de poder simbólico.

Rosemberg (2001) chama a atenção para a defasagem com relação às estatísticas oficiais brasileiras, que fragmentam os níveis de ensino como se fossem independentes e deixam de discriminar as diferenças regionais, ou as diferenças de composição étnico-raciais, etárias, linguísticas ou de classes sociais, apresentando apenas as diferenças entre homens e mulheres de forma geral. No entanto, é preciso destacar que de 2001 para cá algumas estatísticas já trouxeram inovações quanto às críticas apresentadas acima. O documento apresentado por Dilvo Ristoff e outros (2007) trazem algumas inovações com relação às estatísticas sobre homens e mulheres no ensino superior brasileiro: além de serem discriminados por regiões e estados brasileiros, apresentam dados referentes aos discentes masculinos e femininos e seus níveis de formação acadêmica (também discriminados por regiões e estados).

Esses dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a mulher na educação superior brasileira, no período compreendido entre os anos 1991-2005 (RISTOFF *et al.*, 2007), revelam, também, que ao longo do período estudado, as mulheres não só representam a maior parte dos inscritos nos vestibulares como a maioria dos ingressantes no ensino superior e a maior parcela dos concluintes, tendo obtido mais sucesso acadêmico que os homens.

Em 2005, as mulheres representaram 55,5% dos inscritos nos vestibulares, 55% dos ingressantes e 62,2% dos concluintes nos cursos superiores. Nesse mesmo ano, observando-se a dependência administrativa das instituições de ensino superior, as estatísticas apontam que 45,2% das mulheres matriculadas nesse nível de ensino encontram-se na rede privada e 42,6% na rede pública. O estudo apresen-

ta apenas os dez maiores cursos de graduação do país por número de matrícula. Em 2005, as mulheres foram maioria em cinco deles: Pedagogia (91,3%), Comunicação Social (56,6%), Letras (80%), Ciências Contábeis (50,7%) e Enfermagem (82,9%). Nos cursos de Administração (com 49,2%), Direito (48,9%) e Educação Física (43,1%), embora as mulheres não sejam maioria, a distância com relação à porcentagem de homens é pequena.

No mesmo ano, na área da saúde, as mulheres ingressantes só não representam a maioria no curso de Educação Física. Levando-se em consideração todos os cursos de Medicina do país (independente da colocação geral do número de matrículas), as mulheres são maioria dos ingressantes, mas não dos concluintes. Em outros anos, a porcentagem de mulheres chega a ser ligeiramente superior, como no caso do Espírito Santo em 2000 (50,4%), do Pará e do Rio de Janeiro em 2005, com 51,1% e 51,2% de mulheres, respectivamente. Quando não são maioria, a distância entre os pontos percentuais que separam os homens das mulheres é muito pequena (com média de 47% das mulheres nesses cursos).

O mesmo estudo aponta, ainda, dados que merecem reflexão mais aprofundada. Trata-se da reincidência, ao longo dos últimos 15 anos (tanto em nível nacional quanto em estadual), dos baixos índices de matrícula de mulheres nos cursos de Engenharia (20,3%) e Ciência da Computação (18,8%). Para os autores, esses dados refletem como, do ponto de vista das relações de gênero, as preferências quanto à escolha dos cursos foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos, dando origem a áreas demarcadas como mais “femininas”, como a área das ciências humanas e a maior parte dos cursos da saúde, ou mais “masculinas”, como aqueles da área das ciências exatas e carreiras tecnológicas.

É como se homens e mulheres tendessem a buscar a área de atuação que “confirme” a sua “vocação”, por determina o do que se estabelece como o esperado de cada um dos sexos. Este processo tem início na

infância, sob a influência da família e da própria escola, quando meninas e meninos são orientados para objetos de interesse distintos, reforçando o processo de preparação para os papéis que deverão assumir na sua vida adulta (RISTOFF *et al.*, 2007, p.12).

Os organizadores do estudo argumentam que, com relação à divisão sexual do trabalho, existe uma estreita afinidade entre a escolha por certas áreas de estudo e os postos de maior prestígio e remuneração no mercado de trabalho. As áreas “masculinas” seriam aquelas de formação profissional tidas como mais qualificadas, que habilitariam os concluintes para postos de trabalho de maior prestígio e remuneração, enquanto as áreas mais “femininas” seriam as menos qualificadas, perpetuando a discriminação de gênero no mercado de trabalho.

Assim como na visão de Louro (2007), quando trata das tensões teórico-metodológicas pertinentes ao campo dos estudos de gênero e educação na atualidade, entendemos que o levantamento de novas questões e posições faz parte do dinamismo que envolve os estudos com uma abordagem construcionista, no sentido de que as construções sociais são plurais e se dão a partir de diferentes posições. Tem a suspeita, o mutante e o temporário como importantes mecanismos que demonstram a vitalidade e a constante renovação do campo de pesquisa. É nesse sentido que temos a necessidade de levantar alguns questionamentos e pontos de discussão com relação às produções teóricas, citadas acima, que tratam da mulher no ensino superior brasileiro na atualidade. Adiantamos que não pretendemos oferecer respostas às questões levantadas. Antes, queremos “provocar” o leitor, instigá-lo a uma possível leitura alternativa (e talvez, complementar) àquela da linha de raciocínio apresentada nos parágrafos anteriores, notadamente nos quesitos que se referem ao conceito de “vocação” para a escolha dos cursos superiores por parte das mulheres e à possível “guetização” das carreiras em redutos profissionais femininos e masculinos.

As questões que se colocam para reflexão são as seguin-

tes: seria pertinente, ainda hoje, relacionar a maior (ou menor) presença feminina nesse ou naquele curso, somente à escolha motivada pela “vocação”? Poderíamos inferir que, nos dias de hoje, o quesito “vocação” talvez não seja mais suficiente para (sozinho) justificar essa escolha? Seria pertinente, ainda hoje, a despeito de todas as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, continuar afirmando que os efeitos da dominação masculina exercem tal poder de controle sobre as mentes femininas que estas acabam, de forma inconsciente, se autoexcluindo de certas carreiras profissionais? “Não parece paradoxal que os livros escritos sobre as mulheres nos enviem quase sempre a imagem de uma mulher dependente e dominada, ainda que tantas vitórias tenham sido conquistadas”? - pergunta-se Touraine (2007, p. 40). Como explicar o curso de Medicina, que até poucas décadas atrás era um reduto de concentração masculina e atualmente apresenta aproximadamente 50% (ou em alguns casos até mais) de participação feminina?

Outro ponto que deixa dúvida quanto à pertinência da justificativa apresentada para a escolha das carreiras é a forma como meninas e meninos parecem ser manipulados quanto à preparação para os papéis que deverão assumir na vida adulta, como se aceitassem submissamente as orientações e não questionassem a escolha e a “vocação” que lhes é determinada pela geração adulta, efetivando-se, assim, a “ilusão durkheimiana”, como se não houvesse a possibilidade de resistência e conflitos na aquisição das disposições formadoras. A ação exercida pelos adultos sobre os “imatuross”, pelo menos no plano da escola, aparece como resultante de um sistema de tensões em que a instrução propriamente dita é, em parte, condicionada pela reação do imaturo ante a “ação exercida pelas gerações adultas”, de acordo com Antônio Cândido (1964).

À luz dos escritos de Touraine (2007), trazemos uma reflexão sobre esses questionamentos. Não rejeitamos as contribuições teóricas dos críticos que fazem todo um tra-

balho de desconstrução ideológica e desvelam a forma polarizada como a dominação masculina se impôs (e, em muitas circunstâncias, ainda se impõe hoje) sobre a construção social das mulheres e dos próprios homens. De fato, essas produções teóricas se colocam como ponto de partida elementar para o entendimento de como os homens criaram e gerenciaram uma sociedade hierarquizada, que valoriza e coloca como superiores os atributos referentes ao masculino e discrimina e coloca como inferiores os atributos referentes ao feminino. A sociedade permanece, em muitos aspectos, reproduzindo os discursos e as práticas sexistas da dominação masculina e impondo às mulheres um espaço demarcado pela discriminação e pela violência (simbólica ou física), circunstâncias que justificam a continuidade do trabalho de denúncia e crítica. Ainda assim,

não poderíamos nos contentar em afirmar que a dominação masculina era e ainda é tão forte que, antes de tudo, precisaria denunciá-la (e, sobretudo, tirar as máscaras que escondem esta dominação), dando uma representação “naturalizada” ou “essencializada” das mulheres. Esta explicação, com efeito, não é suficiente, na medida em que nada impede associar desde o começo os três temas: mulher-natureza, mulher-vítima e mulher-sujeito (TOURAINÉ, 2007, p. 39).

A reprodução dos discursos e práticas de dominação masculina não se dão de forma análoga em todas as sociedades. E, ainda, no interior de uma mesma sociedade pode haver diferentes formas de manifestação e disseminação desse poder, assim como pode haver, também, diferentes formas de resistência e superação. A questão é complexa e implica uma reflexão sobre as diferentes variáveis que precisam ser levadas em consideração, tais como: condição econômica, pertencimento racial, capital cultural, classe social, nível de escolarização, contexto histórico e social, entre outras. No atual contexto histórico-social em que se encontra a sociedade brasileira, é necessário romper com o tom determinista que reduz as escolhas e a existência das mulheres aos efeitos radicais da dominação masculina e questionar as afirmativas teóricas que desconsideram os

desejos pessoais e a possibilidade de superação feminina. É verdade que, apesar dos muitos e importantes progressos obtidos, as mulheres brasileiras vivem ainda situações de desigualdade e discriminação, mas pensamos que é hora de se levantar hipóteses problematizadoras:

1. A possibilidade também, de que, no Brasil, assim como nas pesquisas realizadas na França por Touraine (2007), as novas gerações de mulheres estão construindo uma nova representação de si mesmas, passando da consciência de objetos à consciência de sujeitos. Essas mulheres tendem a não mais se definirem, em relação aos homens e às funções sociais que lhes seriam reservadas no lar e na sociedade, tão somente a partir de determinações externas.

É necessário desde já reconhecer que as mulheres, que constantemente foram consideradas submissas aos desejos, às regras e às funções impostas por outros, são capazes de agir a fim de responder às suas exigências interiores e pessoais, e não somente responder a sujeições exteriores (TOURAINÉ, 2007, p. 31).

2. Sobretudo com relação à questão da “vocação” feminina para determinadas carreiras e da “guetização” das carreiras profissionais no Brasil, conquanto no passado, a força do poder simbólico (travestido de falsa consciência) pudesse até ter se colocado como importante instrumento de dominação masculina, no momento da escolha do curso superior e atualmente possa, ainda, exercer influência sobre certos grupos de mulheres, outros grupos (principalmente as mais jovens e aquelas detentoras de maior capital cultural, principalmente na sua versão escolar) já se emanciparam desse tipo de dominação.

É importante ressaltar que carreiras consideradas nichos de desempenho predominantemente masculinos vêm abrindo novos leques de atuação profissional para as mulheres que, por sua vez, se colocam no mercado de trabalho em profissões que vão além dos tradicionais “guetos” femininos (BRUSCHINI, 2000 e 2007). Pesquisas sobre a relação entre escolha das carreiras, profissionalização e nível de escolarização das mulheres brasileiras apontam para modificações (ainda que lentas) na representação social que a so-

cidade, as mulheres e as próprias categorias profissionais constroem a respeito das profissões (KOBBER, 2008; STASEVSKAS, 2004).

3. Ainda com relação à escolha do curso e da carreira, outra hipótese precisa ser levantada. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira, as mulheres já deram prova de que têm capital escolar suficiente para competir com os homens em nível de igualdade para concorrer a qualquer curso ou carreira que desejarem. Outrossim, não nos parece que as jovens mulheres que estão adentrando a universidade sejam tão ingênuas a ponto de deixarem-se moldar tão completamente pela ideologia da “vocação” das carreiras, sem questionamento. Parece-nos, então, que a escolha por determinadas carreiras, pelo menos para alguns grupos de mulheres (as com maior capital escolar), passa mais pelo viés do desejo do que da falsa consciência ou da discriminação de gênero.

Acreditamos que a ideia do desejo vinculada à escolha da carreira possa fazer parte até mesmo da escolha das mulheres de camadas sociais menos favorecidas. O que levaria essas mulheres a uma escolha diferente da desejada seria mais as condições materiais de existência, consorciadas com o baixo capital escolar para concorrer a determinados cursos, do que a falta de “vocação” para essa ou aquela carreira universitária. Dessa perspectiva, as mulheres estariam deixando de escolher determinados cursos por escolha própria e não porque estivessem sendo impelidas a isso por uma falsa consciência.

O fenômeno apresentado acima parece ser explicado teoricamente à luz da tese “da causalidade do provável” formulada por Bourdieu. É como se as condições objetivas de existência vividas por essas mulheres, detentoras de insuficiente capital econômico, social e cultural (principalmente na sua vertente escolar), as impelisse a empreender escolhas práticas como respostas adaptadas às diferentes circunstâncias atuantes que lhes sobrevém, na tentativa de conquistarem seus objetivos. É como se essas mulheres precisassem

fazer uso de instrumentos alternativos para terem chance de se apropriarem de um diploma de curso superior.

Tudo se passa como se o futuro objetivo, que está em potência no presente, não pudesse advir senão com a colaboração ou até a cumplicidade de uma prática que, por sua vez, é comandada por esse futuro objetivo; como se, em outras palavras, o fato de ter chances positivas ou negativas de ser, ter ou fazer qualquer coisa predispuessesse, predestinando, a agir de modo a que essas chances se realizem. Com efeito, a causalidade do provável é o resultado dessa espécie de dialética entre o *habitus*, cujas antecipações práticas repousam sobre toda experiência anterior, e as significações prováveis, isto é, o dado que ele toma como uma aprecepção seletiva e uma apreciação oblíqua dos índices do futuro para cujo advento deve contribuir (coisas ‘a serem feitas’, ‘a serem ditas’, etc): as práticas são o resultado desse encontro entre um agente predisposto e prevenido e um mundo presumido, isto é, presentido e prejudgado, o único que lhe é dado conhecer (BOURDIEU, 1998, p. 111).

Essa discussão não vai tentar dar conta de testar a viabilidade da hipótese aqui levantada, mas é importante apontar para o fato de que a possibilidade de considerar o desejo nas escolhas não tem sido levada em conta pela grande maioria das atuais pesquisas do gênero no Brasil e no exterior (TOURAINÉ, 2007). Nesse caso não se trata de uma subjetivação completa autorizando as ações do sujeito. O avanço real do capital escolar como incorporação cognitiva propicia e possibilita escolhas, também, reais. O desejo aparece aqui ancorado nessas disposições cognitivas e não na fantasia idealista que não pode se realizar frente a sujeitos competitivos e preparados culturalmente para o jogo da aquisição, que tem de ser jogado para a conquista dos espaços disponíveis, mas não para todos, nos campi universitários mais concorridos.

4. Outra hipótese alternativa é a possibilidade de escolha das mulheres brasileiras por uma *conduta ambivalente*² quando por ocasião da escolha das carreiras e do planejamento familiar. Assim como evidenciado pelo depoimento

² A ambivalência diz respeito a uma posição de escolha em que, entre duas situações opostas, uma não precise ser necessariamente recusada em benefício da outra; ao contrário, procura-se buscar a consonância entre uma e outra possibilidade. Nessa percepção, as situações opostas são mantidas e combinadas (TOURAINÉ, 2007).

das mulheres francesas entrevistadas por Touraine (2007), pode estar também entre as mulheres brasileiras crescendo a percepção de que não precisam fazer escolhas radicais do tipo “ou isso ou aquilo” quando estão diante de condutas tradicionalmente consideradas incompatíveis (como a escolha por determinadas carreiras e a maternidade). As mulheres entrevistadas pelo pesquisador estão escolhendo *isso e aquilo*. Estão conscientes de que sua imersão radical em apenas uma esfera de ação as privaria da realização e do sucesso em outros domínios e optam, de forma ambivalente, não pela escolha entre uma ou outra possibilidade, mas pela combinação das duas. Para Touraine, essa crescente opção das mulheres por condutas ambivalentes é sinal de uma transformação cultural profunda e deveria ser um ponto focal a ser considerado nos estudos sobre a mulher contemporânea.

A hipótese aqui levantada e problematizada é a de que, ainda que de forma lenta e limitada, certas categorias de mulheres brasileiras (no caso, as mais jovens e aquelas que detêm maior capital cultural, principalmente na sua versão escolar) estejam se apercebendo de que não precisam abrir mão da escolha por determinada carreira para dar prioridade à vida afetiva e de trabalho fora do lar. Elas estão vivendo a ambivalência de suas escolhas, propiciada pela experiência cognitiva própria da aquisição de um novo *habitus* a partir da ampliação do seu capital cultural e do uso que dele é feito no jogo pela formação universitária em carreiras muito seletivas, nas quais ele é mais difícil de ser jogado.

Mostramos, ainda, no decorrer dessas notas, que a construção de expressões totalizantes como “vocação”, “guetização” e outras que aparecerão no decorrer das construções sociais sobre as mulheres e seus prováveis destinos deve ser confrontada com a análise detida dos dados e com a reflexão teórica propiciada pelo arrolamento dos diferentes discursos que se apresentam no campo que procura explicar o fenômeno sobre o qual nos ocupamos neste espaço. Oferecemos, também, as nossas próprias construções mentais para a análise crítica dos leitores neste jogo de reconstruir incessantemente as Ciências Sociais que tanto admirava Max Weber.

Referências

ALMEIDA, A. M. F. A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil?. In: ZAGO N.; Paixão, L. (Org.). *Sociologia da educação brasileira: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 44-59.

BLAY, E. A. Gênero na Universidade. In: II SEMANA DA MULHER NO IPT, 2004, São Paulo. *Comunidade de Prática Mulher, Ciência e Tecnologia*. São Paulo: IPT, 2004. p. 1-4. Disponível em: <http://www.usp.br/nemge/textos_trabalho/generouniversidade_blay.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2008. CDRom.

BOURDIEU, P. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de educação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.81-126.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CÂNDIDO, A. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In: PEREIRA, L. e FORACHI, M. (Orgs.). *Educação e sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1964. p. 7-18.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: n. 110, p. 67-104, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a03.pdf>>. Acesso em: ago. 2008.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

KOBER, C. M. *Tempo de decidir*: produção da escolha profissional entre jovens do ensino médio. 2008. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000438726>> Acesso em: nov. 2008.

LOURO, G. L. *Mulheres nas salas de aula*. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997a. p. 443- 481.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997b.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, n. 46, p. 201-218, dez 2007.

QUEIROZ, D. M. Mulheres no ensino superior no Brasil. In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ANPED, 2000, Caxambu. *Caderno de resumos*. Rio de Janeiro: ANPED, 2000. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.PDF>. Acesso em: abr. 2008.

RISTOFF, D. et al. (Orgs.). *A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

ROMANELLI, G. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos - O estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). *Família e escola. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 99-123.

ROSEMBERG, F. e AMADO, T. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 80, p. 62-74, fev. 1992.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001a.

STASEVSKAS, K. O. *Travessias do feminino: potencialidades no mundo*. 2004. 173 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.

WEBER, M. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Moraes, 1991. 132 p.

Notes about the contemporary woman in the high education

Abstract

In this text we present the theories from studies and researches on the woman's presence in the high education in Brazil nowadays, as well as discussions and some proposes of statistic analysis based on recent studies on that theme. Through this study we can point out some queries and raise hypothesis which are based on reflections on authors who deal with issues related to the women and education in the current days and who problemize concepts such as the formation of ghettos (*guetização*). In addition, we propose a reflection regarding the women's desires considering the raising of school funds which would provide them with the opportunity to choose their professional path through education.

Keywords: woman; university; choice; professional career; Sociology of Education.

Artigo recebido em 24/04/09

Aprovado para publicação em: 20/5/9